



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Campus Porto Velho Zona Norte
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD

ALINI HENRIQUE DE AMORIM

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À PERMANÊNCIA E ÊXITO EM CURSOS DE
GRADUAÇÃO NA MODALIDADE EAD EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO
SUPERIOR NO BRASIL**

PORTO VELHO/RO
2025



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

ALINI HENRIQUE DE AMORIM

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À PERMANÊNCIA E ÊXITO EM CURSOS DE GRADUAÇÃO NA MODALIDADE EAD EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Artigo Científico entregue como Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo, junto ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD, sob a orientação da professora Me. Marialva de Souza Silva e Coorientação do Me. Gilberto Paulino da Silva

PORTO VELHO/RO
2025

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Henrique de Amorim, Alini.

Políticas públicas de incentivo à permanência e êxito em cursos de
graduação na modalidade ead em instituições públicas de ensino superior no
Brasil / Alini Henrique de Amorim, Porto Velho-RO, 2025.

21 f. : il.

Orientador(a): Me. Marialva de Souza Silva.

Coorientador(a): Me. Gilberto Paulino da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão
Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Rondônia - IFRO, Porto Velho-RO, 2025.

1. Políticas Públicas. 2. Educação a Distância. 3. Permanência. I. de Souza
Silva, Marialva (orient.). II. Paulino da Silva, Gilberto (coorient.). III.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. IV.
Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Marlene Fouz da Silva, CRB-11/946 (Campus Porto Velho Zona Norte)

Políticas públicas de incentivo à permanência e êxito em cursos de graduação na modalidade ead em instituições públicas de ensino superior no Brasil

Public policies to encourage permanence and success in undergraduate courses in the distance learning modality in public higher education institutions in Brazil

Políticas públicas para incentivar la permanencia y el éxito en los estudios de grado en la modalidad a distancia en las instituciones públicas de educación superior en Brasil

DOI: 10.55905/oelv23n6-054

Receipt of originals: 5/2/2025

Acceptance for publication: 5/30/2025

Alini Henrique de Amorim

Graduanda em Gestão Pública EaD

Instituição: Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Rondônia

Endereço: Campo Novo de Rondônia, Rondônia, Brasil

E-mail: henrique.alini.amorim@gmail.com

Marialva de Souza Silva

Mestre em Educação

Instituição: Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Rondônia

Endereço: Porto Velho, Rondônia, Brasil

E-mail: marialva.silva@ifro.edu.br

Gilberto Paulino da Silva

Mestre em Geografia

Instituição: Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Rondônia

Endereço: Porto Velho, Rondônia, Brasil

E-mail: gilberto.paulino@ifro.edu.br

RESUMO

Este artigo explora as políticas públicas voltadas para a permanência e o êxito de alunos nos cursos de graduação na modalidade EaD em Instituições Públicas de ensino superior. A pesquisa examina os principais desafios enfrentados pelos estudantes e as estratégias adotadas pelas instituições para promover o sucesso acadêmico. A abordagem metodológica foi bibliográfica e documental, com a análise de políticas públicas e de documentos institucionais relacionados ao tema. A técnica de análise de conteúdo foi utilizada para identificar as práticas mais eficazes e os obstáculos ainda presentes nesse

contexto, permitindo identificar temas recorrentes, padrões nas estratégias de permanência e desafios enfrentados pelas instituições.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Educação a Distância, Permanência.

ABSTRACT

This article explores public policies aimed at student retention and success in undergraduate distance learning courses at public higher education institutions. The research examines the main challenges faced by students and the strategies adopted by institutions to promote academic success. The methodological approach was bibliographical and documentary, with the analysis of public policies and institutional documents related to the topic. The content analysis technique was used to identify the most effective practices and the obstacles still present in this context, allowing the identification of recurring themes, patterns in retention strategies and challenges faced by institutions.

Keywords: Public Policies, Distance Education, Permanence.

RESUMEN

Este artículo explora las políticas públicas orientadas a la retención y el éxito estudiantil en cursos de pregrado a distancia en instituciones públicas de educación superior. La investigación examina los principales desafíos que enfrentan los estudiantes y las estrategias adoptadas por las instituciones para promover el éxito académico. El enfoque metodológico fue bibliográfico y documental, con el análisis de políticas públicas y documentos institucionales relacionados con el tema. Se empleó la técnica de análisis de contenido para identificar las prácticas más efectivas y los obstáculos que aún persisten en este contexto, lo que permitió identificar temas recurrentes, patrones en las estrategias de retención y los desafíos que enfrentan las instituciones.

Palabras clave: Políticas Públicas, Educación a Distancia, Permanencia.

1 INTRODUÇÃO

O A educação a distância (EaD) é definida por Dohmen (1967) como uma forma sistematicamente organizada de autoestudo, na qual o estudante aprende por meio de materiais fornecidos e recebe acompanhamento de uma equipe docente. Ao longo das últimas décadas, essa modalidade tem se consolidado como uma alternativa eficaz de acesso ao ensino superior, especialmente em países com grande extensão territorial, como o Brasil.

Nesse contexto, a EaD favorece a inclusão de estudantes que enfrentam barreiras geográficas, financeiras ou relacionadas à disponibilidade de tempo, oferecendo flexibilidade e diversidade de ferramentas tecnológicas que atendem a diferentes perfis e realidades socioeconômicas. No Brasil, a modalidade passou por um processo de evolução significativo, migrando dos cursos por correspondência para plataformas digitais baseadas em sistemas de gestão da aprendizagem (LMS), impulsionada pelo avanço da internet e das tecnologias educacionais.

As políticas públicas voltadas à democratização do ensino superior também desempenharam papel importante na expansão da EaD, especialmente em instituições públicas, no entanto, apesar do crescimento das matrículas, a modalidade ainda apresenta altos índices de evasão (INEP, 2023), o que suscita questionamentos sobre a efetividade das políticas de permanência e o suporte ofertado aos estudantes.

Embora programas como o Prouni e o Fies tenham contribuído positivamente para a conclusão dos cursos entre estudantes de baixa renda e grupos socialmente vulneráveis (INEP, 2023), os desafios enfrentados por alunos da EaD persistem. Estudos sobre a Universidade Aberta do Brasil (UAB) apontam a necessidade de ir além da ampliação do acesso, destacando a importância de apoio psicológico, tutoria contínua e maior flexibilidade curricular como fatores essenciais para o sucesso acadêmico (CUNHA; LIMA, 2021; BRASIL, 2018).

Neste cenário, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender de que forma as políticas públicas impactam a permanência e o êxito dos estudantes em cursos de graduação na modalidade EaD em Instituições Públicas de Ensino Superior. Os objetivos específicos incluem a análise das políticas e legislações existentes e seus efeitos, bem como a identificação dos principais fatores que contribuem de forma significativa nessa modalidade.

A fundamentação teórica baseia-se em estudos que indicam a forte relação entre permanência estudantil e suporte institucional, destacando estratégias como tutoria, acompanhamento pedagógico e programas de assistência como elementos centrais para a retenção. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por exemplo, tem grande relevância no ensino presencial, mas sua aplicação na EaD ainda é incipiente.

Diante da elevada taxa de evasão na EaD, a presente pesquisa parte da seguinte problemática: de que forma as políticas públicas podem ser aprimoradas para promover a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes em cursos de graduação a distância nas instituições públicas?

Justifica-se esta investigação pela necessidade urgente de desenvolver estratégias que não apenas ampliem o acesso, mas garantam condições adequadas para a conclusão dos cursos. Com o aumento contínuo das matrículas e a relevância da EaD para a democratização do ensino superior no Brasil, compreender os impactos das políticas públicas e propor medidas mais eficazes é essencial para a construção de um sistema educacional mais inclusivo, eficiente e comprometido com a permanência e êxito dos estudantes.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

A trajetória da Educação a Distância (EaD) no Brasil tem suas origens no início do século XX, consolidando-se ao longo das décadas como uma modalidade de ensino em constante evolução. As primeiras iniciativas datam de 1904, com a atuação de escolas internacionais promovidas por instituições norte-americanas. Essas instituições ofereciam cursos por correspondência, com o envio de materiais didáticos pelos correios, voltados à qualificação profissional de pessoas interessadas em ingressar no mercado de trabalho (ALVES, 2009 apud RODRIGUES; ANDRIOLA, s.d.).

Um marco significativo nesse percurso ocorreu em 1978, com a criação do programa Telecurso 2º Grau, idealizado pela Fundação Roberto Marinho (FRM). O programa adotava a teleducação como estratégia pedagógica, definida por Forest (2011) como “uma modalidade educativa que ocorre à distância”. Seu principal objetivo era atender alunos que não haviam concluído o ensino médio na idade apropriada. Conforme Silva (2016, p. 157), “as aulas eram veiculadas diariamente pela TV Educativa e pela Rede Globo, ampliando o acesso à educação em diferentes regiões do país”.

Essas iniciativas pioneiras demonstram como a EaD no Brasil foi concebida inicialmente para atender necessidades específicas, utilizando os meios de comunicação

disponíveis à época. Ao longo dos anos, a modalidade se expandiu e se modernizou, incorporando novas tecnologias, mas mantendo o propósito de democratizar o acesso à educação.

Os programas educativos eram transmitidos diariamente pela TV Educativa e pela Rede Globo de televisão (SILVA, 2016, p. 157). Esse projeto foi essencial para democratizar o acesso ao ensino médio e para incluir milhares de jovens e adultos que, por diferentes motivos, não puderam concluir a educação formal no tempo regulamentar.

Já no ano 1994, durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, a Fundação Roberto Marinho reformulou seu projeto de educação a distância, cujo nome foi alterado para Telecurso 2000 (SILVA, 2016, p. 165). Essa reformulação incluiu melhorias nos conteúdos e métodos pedagógicos, buscando ampliar ainda mais o alcance e a qualidade da educação ofertada a distância. Esse avanço foi uma resposta à crescente demanda por educação continuada e qualificação profissional, tornando-se uma referência em programas de educação para jovens e adultos.

Na década de 1990, a EaD no Brasil se consolidou como modalidade de ensino prevista por lei, trata-se da Lei 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)), promulgada em 1996, que reconheceu a EaD como modalidade de ensino em todos os níveis, tanto na educação básica quanto no ensino superior. Vejamos:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

Esse reconhecimento legal permitiu que a educação a distância fosse vista como uma alternativa formal e válida de ensino, encorajando o surgimento de novas iniciativas e modelos educacionais.

Com o incentivo do poder público, a educação a distância ganhou força e credibilidade, tornando-se uma modalidade de ensino conceituada. Esse apoio institucional foi fundamental para que a EaD se expandisse e atraísse um número crescente de instituições de ensino e estudantes. Além disso, ao longo dos anos, diferentes políticas públicas foram criadas para fomentar e regulamentar a EaD, com vistas a

garantir a qualidade do ensino oferecido e a inclusão de diversas camadas da população.

Com a chegada da internet no Brasil, nos anos 2000, a EaD deu mais um passo importante. Com o ensino EaD de forma virtual (on line), a possibilidade de interação entre alunos e professores por meio de ambientes virtuais de aprendizagem (LMS, como o Moodle) passou a transformar a experiência educacional, proporcionando maior interatividade e dinamismo. A EaD deixou de ser apenas um modelo baseado em materiais impressos e passou a incorporar tecnologias digitais, facilitando o acesso e a interação dos alunos com os conteúdos e entre si.

A Learning Management Systems – LMS, de acordo com Almrashdeh et al. (2011), é um software usado para planejar, implementar e avaliar um processo de aprendizagem específico. Os primeiros LMS surgiram na década de 1990, juntamente com os primeiros navegadores web, e evoluíram rapidamente para atender às demandas de um ensino a distância mais interativo e estruturado. Essas plataformas possibilitaram a organização de cursos com módulos, fóruns de discussão, avaliações online, entre outros recursos que enriquecem a experiência do aluno.

Em 2005, foi criado pelo governo federal a Universidade Aberta do Brasil (UAB), com o intuito de levar o ensino superior público a regiões remotas e com pouca oferta de educação superior presencial. É importante destacar que a UAB desempenhou um papel estratégico na expansão do ensino superior para áreas menos assistidas, garantindo acesso a cursos de graduação e pós-graduação para populações distantes dos grandes centros urbanos. Essa iniciativa demonstrou o compromisso do Estado com a democratização da educação e com a redução das desigualdades regionais no acesso ao ensino superior.

A partir de 2010, a Educação a Distância (EaD) no Brasil passou por um processo contínuo de expansão, consolidando-se como uma modalidade importante dentro do ensino superior. Em 2018, conforme apontado pelo Censo da Educação Superior, o número de matrículas em cursos de graduação a distância já se aproximava do número de ingressos em cursos presenciais, sinalizando uma transformação no perfil da educação universitária no país.

Esse movimento ganhou ainda mais força com a chegada da pandemia da COVID-19 em 2020, que obrigou instituições de ensino a migrarem, de forma emergencial, para

o ensino remoto. Essa transição acelerou a familiarização com tecnologias educacionais e evidenciou as potencialidades da EaD, tanto para estudantes quanto para gestores educacionais.

Como reflexo desse cenário, o Censo da Educação Superior de 2023 registrou que os ingressos em cursos a distância superaram, pela primeira vez, os ingressos em cursos presenciais, confirmando a consolidação da EaD como principal via de acesso ao ensino superior no Brasil. Esse crescimento expressivo demonstra não apenas a expansão do acesso, mas também uma mudança estrutural na forma como o ensino superior é concebido e ofertado, valorizando aspectos como flexibilidade, autonomia e inclusão.

A imagem a seguir apresenta uma linha do tempo com os principais marcos históricos da Educação a Distância (EaD) no Brasil, destacando momentos relevantes desde as primeiras iniciativas em 1904 até a consolidação da modalidade no cenário educacional nacional em 2023.

Figura 1 – Aspectos Históricos da Educação à Distância no Brasil



Fonte: autoria própria.

Esses eventos refletem a evolução da EaD, desde os cursos por correspondência até a incorporação de tecnologias digitais e o reconhecimento legal da modalidade,

evidenciando seu papel estratégico na democratização do acesso à educação.

3 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

A fim de promover a educação e garantir o êxito e a permanência do discente nas instituições de ensino superior EaD, o Estado criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de junho de 2010. Nos termos do artigo 1º, o PNAES “tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”. Essa iniciativa busca combater a evasão e garantir que os estudantes, especialmente aqueles de baixa renda, tenham apoio financeiro e psicológico durante toda a trajetória acadêmica. Essa política pública é especialmente relevante para os alunos de cursos a distância, que frequentemente enfrentam desafios de inclusão, apoio familiar e adaptação ao modelo autônomo de estudos.

No artigo 2º do referido Decreto, são estabelecidos os objetivos do PNAES, que delineiam a importância da política para a democratização da educação superior no Brasil. Vejamos:

- I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (PNAES, 2010).

Os objetivos estabelecidos pelo PNAES são fundamentais para a construção de um sistema educacional mais equitativo no Brasil, particularmente no contexto da educação a distância, onde a inclusão e o suporte contínuo são essenciais para o sucesso acadêmico e a conclusão do curso.

Além do PNAES, o marco legal da educação a distância no Brasil também inclui diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que reconheceu a EaD como uma modalidade legítima de ensino em todos os níveis educacionais. Com o apoio do poder público, foram instituídas regulamentações para

assegurar a qualidade e o reconhecimento dos cursos EaD, incluindo a regulamentação dos diplomas emitidos por instituições de ensino a distância.

A criação de programas de incentivo, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), também ampliou as oportunidades para alunos de baixa renda em cursos superiores, inclusive na modalidade EaD. Essas iniciativas permitem que jovens em situação de vulnerabilidade financeira tenham acesso ao ensino superior, contribuindo para a redução das desigualdades e para o fortalecimento da educação a distância como uma alternativa viável e acessível.

Outro aspecto importante é o papel do Ministério da Educação (MEC) no credenciamento e na fiscalização das instituições que oferecem cursos a distância. O MEC estabelece critérios rigorosos de avaliação, como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), garantindo que os cursos a distância mantenham padrões de qualidade equivalentes.

O avanço da legislação em torno da EaD no Brasil representa uma resposta às mudanças tecnológicas e sociais, que demandam formas flexíveis de ensino e aprendizagem. Os aspectos legais buscam assegurar que os estudantes a distância tenham acesso a uma educação de qualidade, com suporte financeiro e institucional, além de garantir o reconhecimento do ensino a distância no mercado de trabalho.

E mais recentemente foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Decreto nº 12.456/2025, que estabelece a Nova Política de Educação a Distância (EaD) no Brasil. Essa medida visa aprimorar o marco regulatório da EaD, promovendo maior qualidade e equidade no acesso à educação superior, especialmente em um país de dimensões continentais como o Brasil.

O Decreto nº 12.456/2025 introduziu mudanças significativas no marco regulatório da Educação a Distância (EaD) no Brasil. Dentre as principais inovações, destaca-se a proibição da oferta de cursos de graduação integralmente a distância. A nova norma exige que, no mínimo, 20% da carga horária total dos cursos seja cumprida de forma presencial ou por meio de atividades síncronas mediadas, como aulas online ao vivo.

Outra novidade importante é a criação da modalidade semipresencial, que combina práticas presenciais e atividades a distância, oferecendo maior flexibilidade aos estudantes, desde que se mantenham padrões de qualidade na formação.

Além disso, o decreto estabelece que alguns cursos devem ser obrigatoriamente presenciais, como os de Medicina, Direito, Odontologia, Enfermagem e Psicologia, dada a natureza prática e a necessidade de estágios e laboratórios específicos.

Destacamos que há uma limitação para cursos das áreas da Saúde e das licenciaturas: graduações como Fisioterapia, Educação Física, Farmácia, Matemática, História e Letras poderão ser oferecidas nas modalidades presencial ou semipresencial, desde que a parte a distância não ultrapasse 50% da carga horária total.

Além do mais, o referido decreto enfatiza a importância de garantir infraestrutura adequada nos polos de apoio presencial, qualificação do corpo docente e valorização da interação entre professores e alunos, visando uma formação rica e integral, independentemente da distância física.

As recentes alterações no marco regulatório da EaD evidenciam o esforço do governo em garantir que a expansão dessa modalidade ocorra de forma responsável e com padrões elevados de qualidade, alinhando-se tanto às demandas dos estudantes quanto às exigências do mercado de trabalho. No entanto, tais mudanças requerem uma análise mais criteriosa, a fim de compreender plenamente seus impactos e desafios.

Nesse sentido, a definição de diretrizes específicas para a EaD no Brasil é fundamental para consolidá-la como um instrumento de inclusão e democratização do acesso ao ensino superior. O novo arcabouço legal reforça o compromisso do Estado com a equidade educacional e com a formação de cidadãos preparados para enfrentar as complexidades do século XXI, levando em conta a diversidade social, econômica e territorial do país.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Políticas públicas são definidas como o conjunto de ações, programas e decisões articuladas pelo Estado com o objetivo de atender às demandas sociais. No campo

A elaboração dessas políticas segue um processo conhecido como ciclo de políticas públicas, que compreende diferentes etapas: identificação de problemas, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação e avaliação. Esse modelo é fundamental para garantir que as ações do Estado sejam direcionadas de forma eficiente e estejam em conformidade com os princípios constitucionais.

Segundo Souza (2006, p. 31):

“O ciclo de políticas públicas é uma abordagem analítica que divide o processo de elaboração de políticas em fases distintas e interligadas. Essas fases incluem a formulação da agenda, a identificação e análise de alternativas, a decisão política, a implementação e, por fim, a avaliação. Embora na prática essas etapas não sigam uma ordem rígida e possam ocorrer de maneira simultânea ou retroativa, esse modelo permite compreender como as políticas são estruturadas, reformuladas e adaptadas ao longo do tempo, com base em fatores técnicos, políticos e sociais” (Souza. 2006, p. 31).

A Figura 3 ilustra esse ciclo de maneira esquemática, facilitando a compreensão das fases que envolvem desde a concepção até o acompanhamento dos resultados das políticas implementadas.

Figura 3 – Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: UNALE

No contexto brasileiro, programas como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) são exemplos de políticas educacionais voltadas para a democratização do ensino superior. Esses programas têm papel fundamental na ampliação do acesso à EaD, principalmente para estudantes de baixa renda ou residentes em regiões afastadas dos grandes centros urbanos.

Essas políticas públicas são formuladas a partir de diagnósticos e pesquisas que identificam demandas sociais, exigindo a colaboração entre diversos setores – como ministérios, universidades, conselhos de educação e representantes da sociedade civil. Ao considerar as diversidades regionais e culturais do país, essas ações tornam-se mais eficazes e sensíveis às realidades locais.

No caso específico desta pesquisa, o foco se volta para as políticas públicas de incentivo à permanência e ao êxito dos estudantes em cursos de graduação EaD oferecidos por instituições públicas. Para garantir o sucesso desses estudantes, é imprescindível a criação de estratégias de motivação, apoio financeiro, tutoria especializada e acesso a recursos educacionais de qualidade.

Por fim, destaca-se que a efetividade dessas políticas depende de sua avaliação constante. Monitorar os impactos, identificar falhas e promover ajustes são medidas indispensáveis para que a EaD continue a se fortalecer como alternativa viável, inclusiva e democrática no cenário educacional brasileiro.

5 A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB) E O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) representa uma das principais políticas públicas voltadas para a expansão e consolidação da Educação a Distância (EaD) no Brasil. Criada em 2006 pelo governo federal, por meio do Decreto nº 5.800, a UAB tem como principal objetivo democratizar o acesso à educação superior em todo o território nacional, especialmente em regiões remotas ou carentes de instituições de ensino superior presenciais.

Segundo o Ministério da Educação (MEC):

“A UAB é um sistema articulado entre a União, estados e municípios, que visa expandir e interiorizar a oferta de cursos de ensino superior por meio da educação a distância, atendendo, prioritariamente, professores da educação básica em exercício e outros profissionais da educação” (BRASIL, 2021, p. 4).

Através de parcerias com universidades públicas federais, estaduais e institutos federais, a UAB oferece cursos de graduação, especialização e aperfeiçoamento a distância, possibilitando que milhares de brasileiros, muitas vezes com dificuldades de acesso físico às universidades, tenham a oportunidade de ingressar, permanecer e concluir o ensino superior.

A UAB tem sido fundamental para ampliar a oferta de cursos e melhorar o acesso à educação superior. Ela possibilita que os alunos possam estudar de suas próprias cidades, com uma infraestrutura de apoio que inclui tutoria, material didático online, e, na maioria dos casos, encontros presenciais obrigatórios. Este modelo inovador tem permitido que a educação superior chegue a lugares distantes, levando mais oportunidades de qualificação profissional a estudantes de diferentes origens e contextos socioeconômicos.

Além disso, os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostram que a modalidade a distância tem crescido de forma contínua: entre 2014 e 2019, o número de matrículas em cursos EaD aumentou expressivamente, ultrapassando, em 2019, o número de ingressantes no ensino presencial. Já entre 2019 e 2023, observou-se uma intensificação ainda maior, especialmente durante e após a pandemia de COVID-19, que impulsionou a digitalização das práticas educacionais em todo o país (INEP, 2024). Esse contexto evidencia a importância estratégica da UAB na ampliação da oferta e no fortalecimento institucional da EaD.

Esse crescimento reflete não apenas os avanços tecnológicos, mas também a necessidade de ampliar o acesso ao ensino superior por meio de alternativas mais flexíveis. Como destacam Moraes e Batista (2021), “a EaD rompe com as barreiras geográficas e temporais do ensino tradicional, promovendo uma inclusão educacional significativa para públicos historicamente marginalizados pelo modelo presencial”.

O aumento expressivo das matrículas foi impulsionado, principalmente, pelas instituições privadas, que concentram mais de 70% das vagas ofertadas nessa modalidade (INEP, 2024). Essas instituições apresentam maior agilidade para se adaptar às novas demandas do mercado educacional e oferecem infraestrutura mais flexível em comparação ao ensino presencial.

O perfil dos estudantes de EaD também chama atenção: a maioria são mulheres, com idade entre 25 e 34 anos, muitas das quais conciliam trabalho e estudos. Segundo Cunha e Costa (2022), “a EaD tem sido a única alternativa viável de formação superior para milhares de brasileiros que não conseguem frequentar instituições presenciais devido a suas múltiplas jornadas”.

No que diz respeito à distribuição geográfica, as regiões Sudeste e Nordeste concentram a maior parte das matrículas, seguidas pela região Sul. O Norte e o Centro-Oeste apresentam menor concentração de estudantes matriculados em EaD, o que pode estar relacionado a fatores como infraestrutura precária, falta de conectividade e desigualdades regionais (SOUZA; FERREIRA, 2021).

Apesar dos avanços, a EaD ainda enfrenta desafios importantes, como a evasão escolar, a qualidade da formação oferecida e a necessidade de constante capacitação docente. Para Oliveira e Lima (2020), “a consolidação da EaD requer investimentos contínuos em plataformas tecnológicas, políticas de acompanhamento pedagógico e estratégias de engajamento dos estudantes”.

Ao longo dos anos, a UAB contribuiu para o aumento da taxa de matrícula no ensino superior, especialmente em cursos voltados para a formação de professores, onde a modalidade a distância tem se mostrado um fator importante para atender à demanda por profissionais em diversas regiões do Brasil.

Além disso, a UAB se alinha com o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a ampliação do acesso ao ensino superior como uma das principais metas do país. Com a expansão da EaD, a UAB também contribuiu para a redução das desigualdades educacionais, permitindo que os alunos com menos mobilidade geográfica ou que enfrentam desafios econômicos possam frequentar cursos superiores de qualidade. A partir de sua criação, a UAB se consolidou como um pilar de políticas públicas voltadas

para a educação superior (BRASIL,2021) , refletindo a importância crescente da EaD como uma alternativa viável e acessível para muitos brasileiros.

Estudos sobre a UAB demonstram o impacto positivo da educação a distância na inclusão social, pois ela não apenas amplia o acesso à educação, mas também favorece a permanência dos alunos por meio de uma estrutura de apoio acadêmico adaptada às necessidades desse público. A pesquisa de Andrade (2019) aponta que a flexibilidade dos cursos a distância, aliada ao suporte institucional oferecido pela UAB, tem sido determinante para o sucesso de muitos alunos, especialmente aqueles que, de outra forma, não teriam condições de ingressar no ensino superior.

Em suma, a UAB se configura como uma política pública essencial para a democratização do ensino superior no Brasil, consolidando a EaD como uma alternativa eficaz e acessível para estudantes de diferentes realidades. Seu impacto vai além da mera expansão da oferta de cursos, envolvendo a redução das desigualdades educacionais e a promoção da inclusão social, com a perspectiva de ampliar ainda mais o acesso ao conhecimento e à formação acadêmica no país.

6 METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa é de natureza exploratória e qualitativa, com foco na análise documental de políticas públicas voltadas à permanência e ao sucesso acadêmico de estudantes em cursos de graduação na modalidade a distância em Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). O objetivo central é compreender as principais características dessas políticas e identificar os desafios que afetam a retenção e a conclusão desses cursos.

A investigação foi conduzida por meio de uma revisão documental criteriosa, que abrangeu artigos científicos, dissertações, teses, relatórios institucionais e documentos governamentais. Os critérios de seleção priorizaram a qualidade acadêmica e a atualidade das publicações, com foco especial em materiais publicados nos últimos cinco anos, garantindo uma fundamentação teórica atual e pertinente ao contexto da pesquisa.

A análise dos documentos foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, permitindo identificar temas recorrentes, padrões nas estratégias de permanência e desafios enfrentados pelas instituições. Além disso, foi realizada uma análise comparativa entre diferentes abordagens adotadas por órgãos governamentais e instituições públicas de ensino, considerando as variações regionais das políticas aplicadas à modalidade EaD.

Essa abordagem metodológica permitiu uma compreensão ampla e aprofundada das políticas públicas analisadas, sem a necessidade de entrevistas ou coleta de dados primários, concentrando-se exclusivamente na análise de fontes documentais e acadêmicas disponíveis. Para ilustrar e organizar os principais materiais utilizados na pesquisa, apresenta-se a seguir um quadro síntese com os documentos selecionados, destacando seus autores, títulos, anos de publicação e a relação direta com os objetivos do estudo.

Quadro 1 – Documentos utilizados na pesquisa e sua relação com o estudo

Autor(es)	Título	Ano	Relação com a pesquisa
Cunha, C.; Lima, R.	Evasão e permanência na EaD: desafios e políticas de enfrentamento	2021	Analisa os principais entraves e estratégias para manter estudantes em cursos EaD.
INEP	Censo da Educação Superior – Notas Estatísticas	2023	Apresenta dados atualizados sobre evasão, permanência e conclusão no ensino superior.
Santos, M. R.	Políticas públicas e permanência estudantil no ensino superior a distância	2022	Reflete criticamente sobre programas e ações que visam promover a permanência no ensino superior a distância.
SANTOS, R. M.; JOSÉ, S. S.	Relações étnico-raciais no cotidiano escolar: uma experiência de extensão universitária.	2023	O artigo reforça a importância de políticas públicas inclusivas, dialogando com o objetivo da pesquisa ao abordar permanência e equidade na EaD.

Fonte: Dados organizados pela autora a partir da literatura revisada

A organização dos documentos apresentados no quadro anterior reforça a base teórica que sustentou a análise desenvolvida ao longo da pesquisa. A diversidade das fontes consultadas permitiu uma compreensão abrangente das políticas públicas voltadas à permanência e ao êxito na educação a distância, possibilitando identificar tendências, lacunas e boas práticas adotadas por diferentes instituições e órgãos governamentais. Dessa forma, a metodologia adotada contribuiu significativamente para a construção de uma análise crítica e fundamentada sobre o tema proposto.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa alcançou seus objetivos ao investigar o impacto das políticas públicas na permanência e êxito dos estudantes em cursos de graduação na modalidade de educação a distância (EaD) em instituições públicas de ensino superior. A análise permitiu identificar que, embora políticas como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tragam contribuições significativas, ainda há lacunas em termos de suporte adequado para as especificidades do ensino a distância. Essas políticas precisam evoluir para incluir elementos específicos que incentivem o engajamento e a conclusão dos alunos nessa modalidade de ensino, que exige autonomia e enfrenta desafios tecnológicos e de infraestrutura (CUNHA; LIMA, 2021; SANTOS, 2022).

A pesquisa contribui teoricamente ao ampliar o entendimento sobre as necessidades de estudantes em EaD e, em termos práticos, o trabalho oferece subsídios para o desenvolvimento de iniciativas focadas no acompanhamento contínuo, na oferta de suporte acadêmico e técnico e na criação de programas de motivação que aumentem o engajamento e a resiliência dos estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica.

Contudo, o estudo apresenta limitações, especialmente no que se refere à abrangência dos dados coletados, uma vez que as análises documentais se limitaram a algumas instituições e regiões. Para futuras pesquisas, sugere-se a inclusão de outros métodos, como estudos longitudinais e questionários com os estudantes, visando a uma compreensão ainda mais aprofundada das necessidades e desafios enfrentados pelos discentes em cursos EaD. Essas abordagens poderão complementar as descobertas deste trabalho e contribuir para a construção de políticas públicas cada vez mais eficazes e inclusivas no contexto do ensino superior à distância. Sugere-se ainda, uma investigação mais aprofundada acerca do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, conhecida como o novo Marco Regulatório da EaD.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. R. A Educação a Distância: uma nova concepção de aprendizagem. **In:** RODRIGUES, M. A. S.; ANDRIOLA, W. B. Educação a Distância: o estado da arte. Disponível em: <https://www.cead.unb.br/>. Acesso em: 21 de janeiro de 2025.
- ALMRASHDEH, I. et al. Distance learning management system requirements from student perspective. **Journal of Theoretical and Applied Information Technology**, v. 33, n. 2, p. 123-130, 2011. Acesso em: 27 de fevereiro de 2025.
- ANDRADE, M. J. **A Universidade Aberta do Brasil: a educação a distância como ferramenta de inclusão social**. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/330126429>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Institui o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, p. 5, 9 jun. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 05 de fevereiro de 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.234, de 19 de junho de 2010**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Universidade Aberta do Brasil (UAB)**. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 27 de fevereiro de 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Universidade Aberta do Brasil – UAB: expansão da educação superior a distância**. Brasília: MEC/SEED, 2021. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/uab>. Acesso em: 15 de março de 2025.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 20 maio 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.456-de-19-de-maio-de-2025-630398639>. Acesso em: 21 maio 2025.
- CARAM, N. R.; BIZELLI, J. L. Aspectos da regulação sobre o ensino a distância no Brasil. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 17, 2017.

DOI: 10.22633/rpge.v0i17.9367. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9367>. Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

CUNHA, C.; LIMA, R. **Evasão e Permanência na EaD: desafios e políticas de enfrentamento**. Revista Brasileira de Educação a Distância, v. 23, n. 2, p. 45–62, 2021. Acesso em: 21 de março de 2025.

CUNHA, M. S.; COSTA, L. B. **O perfil dos estudantes de cursos EaD no Brasil: uma análise baseada no Censo da Educação Superior**. Revista Brasileira de Educação a Distância, v. 21, n. 1, p. 55-71, 2022. Acesso em: 02 de março de 2025.

DOHMEN, G. **Distance Education: A Study of the Educational Programs of the German Radio and Television Corporation**. Hamburgo: UNESCO Institute for Education, 1967. Acesso em: 03 de fevereiro de 2025.

FOREST, J. Educação a Distância e as Mídias Digitais: o potencial da Internet como meio de ensino. **Revista de Educação a Distância**, v. 3, n. 1, p. 49-61, 2011. Acesso em: 05 de abril de 2025.

INEP. **Censo da Educação Superior 2018**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 12 de abril de 2025.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2019: Notas Estatísticas**. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/>. Acesso em: 12 de março de 2025.

INEP. **Censo da Educação Superior 2023 – Notas Estatísticas**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 12 de abril de 2025.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior – Séries Históricas 2014 a 2023**. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/>. Acesso em: 08 jan 2025.

MORAES, L. R.; BATISTA, A. R. **Educação a distância: avanços e desafios no cenário educacional brasileiro**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 42, e024561, 2021. Acesso em: 23 de abril de 2025.

OLIVEIRA, R. S.; LIMA, T. M. **Qualidade e permanência na EaD: desafios contemporâneos**. Revista de Educação Contemporânea, v. 25, n. 2, p. 88-104, 2020. Acesso em: 02 de abril de 2025.

SANTOS, Rozana Maria dos; JOSÉ, Simone da Silva. **Relações étnico-raciais no cotidiano escolar: uma experiência de extensão universitária**. *Revista Inter Ação*, v. 49, n. 1, p. 164–178, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/4229>. Acesso em: 19 janeiro de 2025.

SILVA, M. Educação e Tecnologia: uma visão integrada sobre a evolução da EaD no Brasil. **Revista Brasileira de Educação a Distância**, v. 12, n. 3, p. 156-170, 2016. Acesso em: 19 de março de 2025.

SILVA, J. A. **Educação e mídia: o caso do Telecurso e a democratização do ensino no Brasil**. In: OLIVEIRA, R. C. (Org.). *História da educação brasileira*. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2016. p. 145–160. Acesso em: 19 de março de 2025.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Acesso em: 25 de abril de 2025.

SOUZA, J. P.; FERREIRA, M. C. Desigualdades regionais e acesso à educação superior a distância no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Educacionais**, v. 10, n. 3, p. 22-38, 2021. Acesso em: 02 de maio de 2025.